

Educação bilíngue para surdos: desafios e perspectivas no contexto pedagógico

Silvia Helena Muniz da Cunha¹

Raquel Pereira dos Santos²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo demonstrar as implicações pedagógicas da educação bilíngue para surdos no Brasil, destacando a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e o ensino do português escrito como segunda língua. O problema estudado reside nos desafios encontrados na implementação de práticas bilíngues em algumas escolas que incluem alunos surdos, impactando diretamente o desenvolvimento linguístico e acadêmico desses estudantes. Para fundamentar a discussão, foram utilizados os estudos de Quadros e Karnopp (2004), que analisam a estrutura linguística da Libras e sua importância no desenvolvimento dos surdos; Skliar (1997), que enfatiza a identidade cultural surda e os desafios da inclusão educacional; e Lodi e Lacerda (2019), que abordam os desafios na formação docente e no ensino do português como segunda língua. Além disso, Strobel (2009) contribuiu para o entendimento da cultura surda e da valorização da Libras como elemento essencial para a construção da identidade dos estudantes. Os objetivos específicos da pesquisa incluem analisar a efetividade da educação bilíngue para surdos no Brasil, identificar os principais desafios enfrentados e propor estratégias para sua melhoria. A metodologia adotada baseou-se em uma revisão bibliográfica e na análise documental de legislações como o Decreto 5.626/2005 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que regulamentam o ensino bilíngue. Os resultados indicaram que a valorização da identidade cultural surda e a formação de professores qualificados são fundamentais para avanços significativos nessa área. Além disso, identificou-se que a falta de materiais didáticos adaptados, a escassez de professores capacitados e as limitações estruturais comprometem a efetividade do modelo bilíngue. Portanto, concluiu-se que é imprescindível investir em políticas públicas que fortaleçam a educação bilíngue para surdos, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: educação bilíngue; estudantes surdos; Libras; inclusão; políticas educacionais.

ABSTRACT: *This article aims to demonstrate the pedagogical implications of bilingual education for deaf students in Brazil, highlighting the Brazilian Sign Language (Libras) as the first language and the teaching of written Portuguese as the second language. The studied problem lies in the challenges encountered in the implementation of bilingual practices in some schools that include deaf students, directly impacting their linguistic and academic development. To support the discussion, the studies of Quadros and Karnopp (2004) were used, analyzing the linguistic structure of Libras and its importance in the development of deaf individuals; Skliar (1997), emphasizing the cultural identity of the deaf and the challenges of educational inclusion; and Lodi and Lacerda (2019), addressing the difficulties in teacher training and teaching Portuguese as a second language.*

¹ Professora do Curso de Letras Língua Portuguesa e Libras da UFMA. Doutora em Letras e Mestra em Letras, Leitura e Cognição. Email: silvia.muniz@ufma.br.

² Mestra em Letras e especialista em Libras. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em estudos literários e midiáticos, atuando principalmente nos seguintes temas: leitura, literatura infantil, língua portuguesa, livro e literatura.

Additionally, Strobel (2009) contributes to understanding deaf culture and the appreciation of Libras as an essential element in the construction of students' identity. The research aimed to analyze the effectiveness of bilingual education for deaf students in Brazil, identify the main challenges faced, and propose strategies for its improvement. The adopted methodology was based on a bibliographic review and documentary analysis of legislations such as Decree 5.626/2005 and the Base Nacional Comum Curricular (BNCC), which regulate bilingual education. The results indicated that valuing deaf cultural identity and training qualified teachers are fundamental to significant advancements in this field. Furthermore, the lack of adapted teaching materials, the shortage of trained teachers, and structural limitations were identified as factors compromising the effectiveness of the bilingual model. Therefore, it was concluded that it is essential to invest in public policies that strengthen bilingual education for deaf students, promoting a truly inclusive and equitable education.

Keywords: *bilingual education; deaf students; Libras; inclusion; educational policies.*

INTRODUÇÃO

A educação bilíngue para surdos constitui uma abordagem pedagógica essencial para garantir o desenvolvimento linguístico, cognitivo e cultural de estudantes surdos. Nem sempre no Brasil, há essa prática regular a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a língua primária dos surdos e o português escrito como segunda língua, pois alguns surdos têm a Língua Portuguesa como língua primária e alguns nem sabem Libras, porém deve-se respeitar as especificidades linguísticas e culturais dessa comunidade. Esse modelo educativo busca não apenas garantir o direito à educação inclusiva, mas também promover a igualdade de oportunidades acadêmicas e sociais.

Historicamente, a educação de surdos no Brasil representou vários desafios, desde a negligência das especificidades linguísticas até a predominância de metodologias centradas na oralidade, que ignoravam a relevância da língua de sinais como principal meio de comunicação e aprendizagem. A lei 10.436/2002 reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão dos surdos no Brasil e o Decreto 5626/2005, regulamentou a referida Lei. Assim, a Libras foi reconhecida como a primeira língua dos surdos, estabelecendo as bases legais para a implementação de uma educação bilíngue eficaz. Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não inclua atualmente a Língua Brasileira de Sinais como componente curricular obrigatório, diversos projetos de lei buscam alterar essa realidade. Por exemplo, o Projeto de Lei n.º 3.986/20 propõe a

inclusão do ensino de Libras como disciplina obrigatória no currículo do ensino fundamental. Além disso, o Projeto de Lei n.º 2.403/22 sugere a inserção de conteúdos relacionados à Libras nos currículos da educação básica, abrangendo desde a educação infantil até o ensino médio. Essas iniciativas legislativas visam promover a inclusão e a acessibilidade para estudantes surdos no ambiente escolar.

No entanto, a implementação da educação bilíngue para surdos no Brasil enfrenta diversos desafios que comprometem a eficácia desse modelo educacional. A falta de professores qualificados, o papel político do professor e os métodos aplicados por eles, a ausência de materiais didáticos adaptados para Libras, a precariedade da infraestrutura escolar, as dificuldades na aplicação da legislação vigente, as barreiras no ensino do português como segunda língua, a escassez de políticas públicas e investimentos adequados, além dos desafios relacionados à socialização e identidade cultural dos alunos surdos, são fatores que dificultam a consolidação da educação bilíngue no país.

Um dos principais entraves refere-se à escassez de professores capacitados para o ensino bilíngue. Embora existam formações específicas, como a licenciatura em Letras-Libras, o número de profissionais com fluência em Libras e preparados para atuar na educação de surdos ainda é insuficiente. Além disso, muitos docentes que lecionam em escolas regulares não possuem conhecimento sobre práticas inclusivas. Vale ressaltar que o papel político do professor na educação bilíngue para surdos é amplamente discutido na literatura acadêmica. Segundo Fernandes e Moreira (2014), esses educadores atuam como agentes transformadores, defendendo os direitos linguísticos e culturais da comunidade surda e promovendo práticas inclusivas que valorizam a Libras como língua de instrução. Além disso, Lacerda, Albres e Drago (2013) destacam que os professores bilíngues influenciam diretamente na formulação e implementação de políticas públicas educacionais, participando ativamente de debates e pesquisas que visam aprimorar a formação docente e a estrutura das escolas bilíngues.

A formação adequada desses profissionais é fundamental para o sucesso da educação bilíngue. Cicilino, Giroto e Vitta (2018) apontam que, embora haja avanços nas políticas educacionais, ainda existem lacunas significativas na preparação de professores

para atuar efetivamente em contextos bilíngues, o que reforça a necessidade de investimentos contínuos em programas de formação específicos. Nesse sentido, a atuação política do professor bilíngue também se manifesta na luta por melhores condições de trabalho e na promoção de uma educação que respeite e valorize a identidade surda.

Outro fator importante, a escassez de materiais didáticos bilíngues que representa um obstáculo significativo na educação de estudantes surdos no Brasil. Conforme destacado por Galasso *et al.* (2018), há uma notável falta de recursos pedagógicos que integrem a Língua Brasileira de Sinais e o português, o que compromete a qualidade do ensino oferecido a essa população. Além disso, a maioria dos livros e apostilas disponíveis são desenvolvidos para ouvintes, desconsiderando a Libras como primeira língua dos surdos. Essa inadequação dos materiais pedagógicos é evidenciada por Campos, Costa e Costa (2022), que apontam a ausência de recursos adaptados como um fator que dificulta a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos surdos.

A carência de vídeos educativos, legendas apropriadas e tecnologias assistivas agrava ainda mais esse cenário, limitando o acesso dos estudantes a conteúdos adaptados às suas necessidades específicas. Galasso *et al.* (2018) enfatizam que, diante dessa escassez, é fundamental estabelecer parâmetros de qualidade para a produção de materiais didáticos bilíngues, visando suprir as demandas educacionais da comunidade surda. Portanto, a criação e a disponibilização de recursos pedagógicos adequados são essenciais para promover uma educação inclusiva e eficaz para os alunos surdos no país.

A infraestrutura escolar no Brasil ainda apresenta grandes desafios para garantir a inclusão de alunos surdos. Um dos principais problemas enfrentados é a escassez de intérpretes de Libras em muitas instituições de ensino, o que prejudica a comunicação entre professores e estudantes surdos, impactando diretamente o processo de ensino-aprendizagem (Lacerda, 2019). Estudos apontam que, em diversas escolas estaduais, a ausência desses profissionais tem comprometido não apenas o desempenho acadêmico dos alunos surdos, mas também sua integração social, podendo resultar no abandono escolar (Quadros & Karnopp, 2004).

No que se refere à legislação, o Decreto 5.626/2005 estabelece diretrizes para a educação bilíngue, mas sua aplicação ainda é deficiente. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância da Libras, porém não determina sua obrigatoriedade como disciplina em todas as escolas, o que resulta em uma implementação desigual entre as diferentes redes de ensino. Além disso, há uma carência de incentivos para a formação de professores e para a produção de materiais didáticos acessíveis.

Outro desafio relevante é a metodologia inadequada no ensino do português como segunda língua. Muitos alunos surdos enfrentam dificuldades na alfabetização e no letramento, pois os métodos utilizados frequentemente não consideram a Libras como base para a aprendizagem do português escrito. Esse problema pode comprometer a formação acadêmica dos estudantes e sua inclusão na sociedade.

A falta de investimentos e políticas públicas voltadas para a educação bilíngue é outro fator limitante. A ausência de financiamento adequado para a formação de docentes, o desenvolvimento de materiais didáticos e a adaptação das escolas compromete a efetividade desse modelo educacional. Poucos estados brasileiros contam com escolas especializadas em educação bilíngue, e a oferta de vagas para alunos surdos ainda é insuficiente para atender à demanda.

Por fim, a socialização e a construção da identidade cultural dos estudantes surdos são aspectos muitas vezes negligenciados. Em escolas regulares, a comunicação limitada entre alunos surdos e ouvintes pode gerar isolamento e dificultar a integração. Além disso, a falta de valorização da Libras em algumas instituições de ensino desconsidera a importância da língua de sinais como elemento fundamental da identidade surda.

Nesse viés, torna-se essencial a implementação de políticas públicas eficazes que garantam a formação adequada de professores, o desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis, a melhoria da infraestrutura das escolas e a valorização da Libras como língua de instrução. Apenas com um compromisso real do Estado e da sociedade

será possível assegurar uma educação bilíngue de qualidade para a população surda no Brasil, promovendo inclusão e equidade no sistema educacional.

Diante do exposto, a motivação para a realização desta pesquisa surgiu da necessidade de compreender e enfrentar os desafios da educação bilíngue para surdos no Brasil. A inclusão de estudantes surdos no ambiente escolar tem sido um tema amplamente debatido, especialmente devido às barreiras linguísticas e estruturais que ainda persistem. A falta de professores qualificados, materiais didáticos bilíngues, intérpretes de Libras e infraestrutura adaptada são fatores que comprometem a efetividade desse modelo educacional e limitam as oportunidades de aprendizagem dos alunos surdos.

O cenário da problemática apresentada está diretamente relacionado à forma como as políticas públicas são implementadas para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva. Embora a legislação brasileira reconheça a Libras como a primeira língua dos surdos e o português escrito como a segunda língua, a prática educacional ainda apresenta lacunas significativas. A ausência de estratégias pedagógicas eficazes e o despreparo de muitas instituições escolares para atender às especificidades linguísticas e culturais dos surdos reforçam a necessidade de um estudo aprofundado sobre esse tema.

Nesse contexto, a pergunta central que esta pesquisa se propõe a responder é:
Quais são os principais desafios enfrentados na implementação da educação bilíngue para surdos no Brasil e quais estratégias podem ser adotadas para melhorar sua efetividade?

A relevância desta pesquisa reside em sua contribuição acadêmica, social e científica. No âmbito acadêmico, busca ampliar o conhecimento sobre os desafios da educação bilíngue para surdos, fornecendo subsídios teóricos para futuras investigações na área da educação inclusiva. No campo social, pretende contribuir para a promoção da equidade educacional, auxiliando na formulação de estratégias para melhorar o acesso e a permanência dos alunos surdos no ensino. No aspecto científico, a pesquisa visa fomentar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e políticas públicas mais

eficazes, garantindo que a educação bilíngue seja implementada de forma mais eficiente e alinhada às necessidades da comunidade surda.

Para compreender os desafios da educação bilíngue para surdos, é essencial recorrer a um embasamento teórico que aborda aspectos linguísticos, educacionais e políticos dessa modalidade de ensino. O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se em autores que discutem o bilinguismo na educação de surdos, a relevância da Libras como primeira língua e o português como segunda língua, além da análise das políticas educacionais voltadas para essa população. O aprofundamento nesse referencial possibilita a construção de um panorama crítico sobre efetividade das práticas educacionais para surdos, proporcionando uma base sólida para a análise dos resultados desta pesquisa.

REVISÃO TEÓRICA

A educação bilíngue para surdos é ancorada no reconhecimento de que a Libras é a primeira língua dos surdos, enquanto o português, na modalidade escrita, é considerado sua segunda língua. Esse modelo visa não apenas garantir a comunicação e o aprendizado, mas também respeitar a identidade linguística e cultural da comunidade surda. Tal abordagem encontra respaldo em diversos estudos que investigam o bilinguismo e sua aplicação em contextos educacionais.

O Bilinguismo e suas Abordagens

As abordagens contemporâneas sobre o bilinguismo têm evoluído significativamente, refletindo uma compreensão mais complexa e dinâmica da competência bilíngue. Inicialmente, o bilinguismo era frequentemente definido como a proficiência equivalente em duas línguas, conhecida como "bilinguismo equilibrado". No entanto, estudiosos como Grosjean (1982) e Romaine (1989) questionaram essa perspectiva, argumentando que é raro indivíduos apresentarem igual competência em

ambas as línguas em todos os contextos. Em vez disso, sugerem que os bilíngues possuem habilidades variadas em cada língua, dependendo do domínio de uso e das necessidades comunicativas específicas.

Além disso, a visão tradicional que separa rigidamente as línguas no cérebro do bilíngue tem sido desafiada. Pesquisadores como García e Wei (2014) propõem uma perspectiva heteroglóssica, na qual as línguas de um bilíngue interagem e se influenciam mutuamente, formando um repertório linguístico integrado. Essa abordagem reconhece que os bilíngues não compartimentalizam suas línguas, mas as utilizam de maneira flexível e dinâmica conforme o contexto comunicativo.

No contexto educacional, Thomas e Collier (1997) destacam os benefícios acadêmicos e sociais da educação bilíngue de qualidade. Eles argumentam que programas bilíngues bem-estruturados não apenas promovem a proficiência em duas línguas, mas também enriquecem o desenvolvimento cognitivo e cultural dos alunos. Essas descobertas reforçam a importância de políticas educacionais que apoiem e valorizem o bilinguismo como recurso pedagógico e social.

Enfim, as abordagens mais recentes do bilinguismo enfatizam a natureza dinâmica e interativa das línguas no indivíduo bilíngue, reconhecendo a variabilidade de proficiência e a integração dos repertórios linguísticos. Essas perspectivas oferecem uma compreensão mais abrangente e realista do bilinguismo, informando práticas educacionais e políticas linguísticas mais inclusivas e eficazes.

O bilinguismo, entendido como o uso funcional de duas línguas, é definido por Hamers e Blanc (2000, p. 6) da seguinte forma: “O bilinguismo pode ser definido como o domínio de duas línguas de maneira que ambas sejam utilizadas em contextos específicos e culturais”. Essa definição sugere que o bilinguismo não se limita apenas à fluência equivalente em duas línguas, mas sim à capacidade de utilizá-las de forma eficaz conforme as demandas sociais, acadêmicas ou profissionais do indivíduo. Os autores explicam que o bilíngue pode empregar cada idioma para diferentes propósitos, como falar uma língua em casa e outra no ambiente de trabalho ou estudo, dependendo da função, além disso eles também mostram o bilíngue em contextos específicos quando o uso das línguas

ocorre em ambientes distintos, como interações familiares, profissionais ou educacionais. Por exemplo, um indivíduo pode usar sua língua materna para conversas informais e outra língua para situações formais. Eles também afirmam que há uma dimensão cultural, pois cada língua carrega referências culturais próprias, e o bilíngue transita entre diferentes sistemas culturais conforme a necessidade.

Essa perspectiva se alinha à visão contemporânea do bilinguismo, que reconhece a variabilidade de proficiência e o caráter dinâmico do uso das línguas. Assim, ser bilíngue não significa necessariamente ter igual competência em ambas as línguas, mas sim saber empregá-las conforme as situações comunicativas e culturais requerem.

Educação Bilíngue e Identidade Surda

A educação bilíngue para surdos transcende a mera questão do aprendizado linguístico, pois está profundamente ligada à construção e valorização da identidade surda. Nesse modelo, a Libras não é apenas um meio de comunicação, mas o alicerce sobre o qual a identidade cultural e social dos surdos é construída. Segundo Skliar (1997, p. 35), “A língua de sinais é mais do que um sistema de comunicação; é o principal meio de expressão cultural e social dos surdos”. Este reconhecimento vai além do campo pedagógico, assumindo implicações políticas e sociais que reforçam a luta por direitos e a inclusão plena dessa comunidade.

De acordo com Skliar (1997/2004), a Língua de Sinais deve ser reconhecida como a primeira língua (L1) dos surdos, pois desempenha um papel fundamental na construção de sua identidade cultural. Esse reconhecimento não se baseia apenas na funcionalidade da língua de sinais como meio de comunicação, mas também na sua relevância para a formação social e emocional dos indivíduos surdos. Ainda conforme Skliar (1997), a língua de sinais não é simplesmente uma ferramenta para a comunicação de pessoas surdas, mas sim um elemento constitutivo de sua cultura. Esse pensamento é reforçado por Quadros e Karnopp (2004), que afirmam que a aquisição da língua de sinais segue processos semelhantes ao da aquisição da língua oral por crianças ouvintes.

Crianças surdas que nascem em famílias surdas aprendem a língua de sinais de maneira espontânea e natural, assim como crianças ouvintes aprendem sua língua materna por meio da interação social.

A língua de sinais representa mais do que um código linguístico, sendo um símbolo de pertencimento à comunidade surda. Segundo Strobel (2009), a cultura surda é constituída por experiências compartilhadas e valores que se refletem na língua e na interação social dos surdos. Ainda conforme Strobel (2009), ao longo da história, a imposição da oralização comprometeu a identidade cultural dos surdos, restringindo sua autonomia linguística e social.

Nesse sentido, pesquisadores como Lodi e Lacerda (2019) destacam que o desenvolvimento linguístico de crianças surdas é mais eficiente quando a língua de sinais é introduzida precocemente. Quando privadas desse acesso, essas crianças podem enfrentar dificuldades cognitivas e acadêmicas, pois a aquisição tardia da língua pode comprometer o desenvolvimento do pensamento abstrato e das habilidades comunicativas.

Em relação à identidade surda, esta enfrenta desafios que vão além do ambiente escolar. Para muitas crianças surdas, especialmente aquelas nascidas em famílias de ouvintes, o contato com a língua de sinais pode ser tardio ou limitado. Conforme Pereira (2000), a ausência de pais surdos ou de familiares que utilizam a Libras pode restringir significativamente o desenvolvimento inicial da comunicação e da identidade cultural.

Nesse sentido, o papel da escola é ainda mais importante, pois ela deve funcionar como um espaço de socialização linguística e cultural, onde a criança poderá se apropriar de sua primeira língua e explorar plenamente sua identidade. A interação com professores surdos e ouvintes fluentes em Libras é essencial para criar um ambiente que valorize e promova a cultura surda.

A educação bilíngue para surdos não se limita ao desenvolvimento de competências linguísticas, mas também integra aspectos biculturais. Como Skliar (1997) aponta, essa abordagem promove a convivência de duas culturas – a surda e a ouvinte –

em um espaço educacional que respeita e valoriza ambas. O objetivo é que o estudante surdo desenvolva habilidades que lhe permitem navegar entre esses dois mundos, sem que sua identidade seja enfraquecida ou desconsiderada.

Além disso, a valorização da literatura surda e de elementos culturais próprios da comunidade surda nas práticas pedagógicas fortalece a autoimagem e o senso de pertencimento dos estudantes, como por exemplo o uso de narrativas visuais, poesias sinalizadas por poetas surdos como é o caso de Nelson Pimenta e a literatura apresentada por Cláudio Mourão em sua tese *Mãos Literárias*, além de histórias em Libras e produções culturais da comunidade surda são que ferramentas pedagógicas poderosas para enriquecer o processo de aprendizagem e a construção da identidade.

Portanto a educação bilíngue desempenha um papel transformador na vida dos estudantes surdos, oferecendo a eles ferramentas não apenas para a comunicação e o aprendizado, mas também para a reivindicação de seus direitos e para sua participação ativa na sociedade. Ao respeitar a identidade surda, a escola bilíngue contribui para a formação de indivíduos independentes, críticos e conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais inclusiva.

Legislação e Políticas da Educação de Surdos no Brasil

A trajetória da educação bilíngue para surdos no Brasil está intrinsecamente ligada ao fortalecimento dos direitos das pessoas com deficiência e ao reconhecimento da Libras como parte essencial da identidade e da inclusão social da comunidade surda. Essa conquista é fruto de décadas de luta pelo reconhecimento linguístico e educacional, que culminou em importantes avanços legais e normativos.

A Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece oficialmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão no Brasil. O Artigo 1º da referida lei estabelece:

"Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados."

Além disso, o parágrafo único do mesmo artigo define a Libras como:

"Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundo de comunidades de pessoas surdas do Brasil."

Essa legislação autoriza a Libras como a língua natural das comunidades surdas brasileiras e estabelece diretrizes para sua regulamentação em contextos educacionais e sociais. A lei representou um marco para garantir que a Libras fosse tratada não apenas como ferramenta de comunicação, mas também como elemento central da identidade cultural dos surdos.

O regulamento da Lei n.º 10.436 vigorou pelo Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que detalha as diretrizes para a implementação da educação bilíngue no Brasil. Esse decreto estipula que a Libras deve ser a primeira língua dos surdos e o português escrito, sua segunda língua, garantindo o direito à educação bilíngue desde a educação infantil até os níveis mais avançados de ensino. "O Decreto n.º 5.626/2005 reforça a importância de considerar a Libras como a primeira língua dos surdos, garantindo o acesso à educação em um ambiente bilíngue" (Brasil, 2005, p. 2)

O Decreto n.º 5.626/2005 estabelece obrigações e orientações específicas para o sistema educacional, incluindo:

- A inclusão da Libras como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores e fonoaudiólogos;
- A formação de educadores e intérpretes capacitados para atender às necessidades dos alunos surdos;
- O direito dos estudantes surdos aprenderem em ambientes bilíngues, onde a Libras seja utilizada como principal meio de instrução e o português escrito seja ensinado como segunda língua;
- A promoção de condições para o acesso de surdos ao ensino superior e técnico.

Além disso, o decreto define que a modalidade oral do português, embora possa ser ensinada, não deve ser o foco principal do processo educacional, evitando práticas que possam comprometer o desenvolvimento linguístico em Libras.

Outro marco importante para a educação de surdos é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017. A BNCC estabelece a Libras como componente curricular obrigatório e reforça a importância de práticas pedagógicas que consideram as especificidades linguísticas dos surdos. A BNCC também destaca que o ensino do português como segunda língua deve respeitar o desenvolvimento natural das habilidades em Libras, promovendo uma transição linguística gradual e inclusiva.

A BNCC vai além da recomendação do uso de recursos visuais, tecnologias adaptativas e materiais didáticos acessíveis que promovem o aprendizado e a interação dos estudantes surdos. Isso demonstra um avanço em relação à inclusão de práticas pedagógicas modernas e eficazes.

A Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, consolida os direitos dessas pessoas, incluindo as surdas, em diferentes esferas da sociedade. No campo educacional, o estatuto estabelece as obrigações do poder público de garantir a oferta de uma educação inclusiva, acessível e de qualidade para todos. A lei reforça a necessidade de adaptação de materiais, formação de professores e disponibilização de serviços especializados para atender às necessidades dos alunos com deficiência.

Além dos marcos legislativos, o governo brasileiro implementou programas específicos para apoiar a educação de surdos. Entre eles, destacam-se:

- Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos (ProLibras): Visa a capacitação de profissionais da educação para o ensino de Libras e a inclusão de estudantes surdos.
- Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS): Oferecem formação continuada para educadores e serviços especializados para os estudantes surdos.

- Proposta Curricular de Ensino de Português como Segunda Língua para Surdos: Lançada pelo Ministério da Educação em 2021, essa proposta orienta o ensino do português escrito como segunda língua, destacando a necessidade de práticas bilíngues e interculturais.

Além disso, é necessário fomentar uma cultura educacional que valorize a diversidade linguística e cultural dos surdos, registrando a Libras como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro. O fortalecimento da educação bilíngue é um passo fundamental para garantir que os estudantes surdos tenham acesso pleno a seus direitos educacionais e oportunidades de participação na sociedade.

Implicações Pedagógicas e Desafios

A aplicação prática da educação bilíngue enfrenta desafios significativos, que incluem a formação insuficiente de professores, a falta de materiais didáticos específicos e a escassez de recursos tecnológicos adaptados. De acordo com Quadros (1997), a utilização da língua de conteúdos como meio de instrução requer a presença de educadores surdos e ouvintes fluentes em Libras, bem como a elaboração de conteúdos que respeitem as especificidades linguísticas dessa comunidade.

Skliar (1997) enfatiza que o ensino da língua majoritária deve ocorrer de forma estruturada e gradual, levando em conta as habilidades linguísticas já adquiridas pelos alunos em Libras. “A transição da Libras para o português escrito deve ser gradual e respeitar os processos linguísticos naturais dos alunos surdos” (Fernandes, 2019, p. 118). Essa abordagem é essencial para evitar que a aprendizagem do português se torne uma barreira ao invés de uma ponte para o acesso ao conhecimento e à integração social.

A educação bilíngue para surdos exige uma transformação profunda nas práticas pedagógicas, indo além da simples adaptação de conteúdos à Língua Brasileira de Sinais e ao português escrito. Este modelo educacional requer o reconhecimento das especificidades linguísticas, cognitivas e culturais dos estudantes surdos, promovendo uma abordagem que os respeite em sua singularidade e garanta um aprendizado efetivo e inclusivo. No Brasil, embora existam avanços, a implementação da educação bilíngue

ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e sociais que precisam ser superados para que os direitos educacionais dessa população sejam plenamente atendidos.

No cerne desse modelo está a Libras, que deve ser a língua principal de instrução nas salas de aula bilíngues. Isso significa que todos os conteúdos escolares, independentemente da disciplina, devem ser ministrados nessa língua, assegurando que os estudantes tenham pleno acesso ao conhecimento. Além de seu papel como meio de comunicação, a Libras é um instrumento essencial para o desenvolvimento cognitivo e sociocultural dos surdos, permitindo que eles se apropriem do processo educativo de maneira integral.

Por outro lado, o ensino do português como segunda língua deve ser realizado de forma planejada e sistemática, respeitando o ritmo de aprendizado dos estudantes. Nesse contexto, é fundamental que as metodologias pedagógicas aproveitem as habilidades adquiridas em Libras para facilitar o desenvolvimento da leitura e da escrita em português. Essa abordagem evita que o ensino da segunda língua se torne um obstáculo e o transforma em um recurso para promover a inclusão e ampliar as possibilidades de comunicação.

Outro aspecto essencial da educação bilíngue para surdos é o desenvolvimento de materiais didáticos que contemplem as necessidades dessa comunidade. Esses materiais devem combinar a Libras e o português escrito de maneira harmônica, utilizando recursos visuais, como vídeos, imagens e gráficos, que tornem os conceitos mais claros e acessíveis. Além disso, os professores que atuam, criam e planejam esse material precisam ser fluentes em Libras e possuir formação específica para atender às demandas dos estudantes surdos. É imprescindível que esses profissionais estejam preparados para implementar estratégias pedagógicas que valorizem a cultura surda e garantam uma transição linguística eficiente e respeitosa.

Vale mencionar as tecnologias assistivas, pois são recursos, equipamentos, dispositivos, produtos e estratégias que têm como objetivo promover a acessibilidade e melhorar a qualidade de vida de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Esses recursos ajudam a ampliar a autonomia, a inclusão social e a participação ativa dessas

pessoas em diferentes contextos, como na educação, no trabalho e na vida cotidiana. No ambiente escolar, as tecnologias assistivas desempenham um papel fundamental para garantir que estudantes com deficiência tenham acesso igualitário ao aprendizado. De acordo com Mantoan (2003), o uso de recursos assistivos na educação especial possibilita o rompimento de barreiras na comunicação e no acesso ao conhecimento, promovendo uma verdadeira inclusão educacional.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) reforça a importância do uso de tecnologias assistivas, garantindo o direito à acessibilidade e à participação plena de pessoas com deficiência em todos os setores da sociedade.

No que tange a Educação de surdos, ferramentas como aplicativos de tradução em Libras, vídeos educativos em língua de sinais e plataformas multimídia interativas ampliam as possibilidades de ensino e tornam o aprendizado mais dinâmico e acessível. A integração dessas tecnologias no ambiente escolar é uma estratégia que poderá enriquecer o processo educativo e fomentar a autonomia dos estudantes surdos.

Assim, a educação bilíngue para surdos deve ser compreendida como uma prática que demanda mudanças estruturais e um compromisso coletivo. Apenas com políticas públicas sólidas, a formação adequada de profissionais e a produção de materiais inclusivos será possível assegurar o direito à educação plena e promover a valorização da identidade e cultura surda no Brasil. A educação bilíngue é um modelo que, para além de questões práticas, deve ser compreendida como uma abordagem que valoriza a diversidade linguística e cultural, promovendo uma inclusão verdadeira e significativa.

Um aspecto fundamental, destacado por Strobel (2009), é a importância do protagonismo surdo na formulação de políticas públicas e no desenvolvimento pedagógico. Conforme o autor, “a construção de práticas educativas para surdos deve ser fundamentada no conhecimento e nas experiências da própria comunidade surda, sob pena de perpetuar uma educação alheia às suas reais necessidades” (Strobel 2009, p. 113). Esse protagonismo pode ser promovido por meio de uma maior inserção de profissionais surdos na educação, bem como pela elaboração de materiais didáticos que reflitam a cultura visual e gestual dessa comunidade.

Outro ponto crítico é a necessidade de explorar o potencial das tecnologias educacionais no contexto bilíngue. Conforme Moura (2010), às ferramentas digitais têm o poder de transformar o ensino bilíngue, desde que estejam alinhadas a estratégias pedagógicas que respeitem as especificidades da língua de sinais. A autora argumenta que “a combinação de recursos visuais, interativos e linguísticos pode ampliar significativamente as possibilidades de aprendizado dos estudantes surdos” (Moura, 2010, p. 67). No entanto, a falta de investimentos nessa área limita o alcance dessas inovações, deixando muitas escolas sem acesso às tecnologias necessárias.

No campo das políticas públicas, é necessário destacar que, embora o Brasil possua um arcabouço legal que garante o direito à educação bilíngue, sua implementação prática ainda enfrenta entraves significativos. Skliar (1999) observa que “as políticas educacionais para surdos muitas vezes carecem de coerência e continuidade, resultando em práticas fragmentadas que não atendem plenamente às demandas dessa comunidade” (Skliar, 1999, p. 42). Isso evidencia a necessidade de um alinhamento entre os diferentes níveis de gestão educacional e de um compromisso efetivo com o financiamento de escolas bilíngues e formação docente.

Por fim, ao analisar o impacto da educação bilíngue para surdos, é essencial compreender que esse modelo não se restringe à sala de aula. Ele representa um movimento mais amplo de reconhecimento da diversidade e de promoção da equidade educacional, como enfatizam Quadros e Karnopp (2004). Apenas a partir de uma abordagem que integre teoria e prática, respeitando as singularidades linguísticas e culturais dos surdos, será possível avançar em direção a uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

Ao articular teorias do bilinguismo com a prática pedagógica, é possível observar que a educação bilíngue para surdos se configura como uma abordagem indispensável para a inclusão educacional e social dessa comunidade. Os autores pesquisados fornecem uma base teórica robusta para a formulação de políticas públicas e estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade linguística e promovam a equidade educacional. Só após a equidade concretizada, podemos pensar em igualdade para todos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise documental e revisão bibliográfica, buscando compreender as implicações pedagógicas da educação bilíngue para surdos no Brasil. O estudo fundamenta-se em referenciais teóricos que abordam o bilinguismo e a identidade cultural surda, como já apresentado no corpo do artigo, além de legislações e diretrizes educacionais relevantes para a temática.

A revisão bibliográfica foi conduzida com o intuito de identificar os principais desafios e avanços na implementação do ensino bilíngue, considerando estudos sobre a interdependência linguística, o impacto do bilinguismo no desenvolvimento cognitivo e as políticas públicas voltadas à inclusão de alunos surdos. Para isso, foram analisadas fontes acadêmicas, artigos científicos, livros e documentos institucionais que tratam da educação bilíngue e suas práticas no contexto brasileiro.

Além disso, realizou-se uma análise documental de legislações como o Decreto 5.626/2005, que regulamenta o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e estabelece diretrizes para a formação de profissionais da área, e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta a inclusão linguística dos surdos no sistema educacional. Essa análise permitiu compreender as políticas públicas existentes e avaliar sua efetividade na prática escolar.

Análise e discussão dos resultados: desafios e estratégias para a educação bilíngue de surdos no Brasil

A implementação da educação bilíngue para surdos no Brasil tem sido um desafio constante, pois exige um alinhamento entre políticas públicas, formação docente e infraestrutura educacional adequada. Embora avanços tenham sido observados nas últimas décadas, especialmente após a regulamentação da Libras como meio de comunicação oficial por meio da Lei n.º 10.436/2002 e do Decreto 5.626/2005, ainda existem lacunas significativas que comprometem a efetividade desse modelo educacional.

A educação bilíngue para surdos precisa ser compreendida em sua complexidade, levando em consideração tanto os aspectos linguísticos e pedagógicos quanto as barreiras estruturais e institucionais que dificultam sua implementação.

Diante desse cenário, esta pesquisa buscou responder à seguinte questão: **quais são os principais desafios enfrentados na implementação da educação bilíngue para surdos no Brasil e quais estratégias podem ser adotadas para melhorar sua efetividade?** A partir da análise realizada, foi possível constatar que os desafios enfrentados podem ser categorizados em três eixos principais: formação docente, infraestrutura e acessibilidade, e materiais didáticos bilíngues.

Assim, o primeiro grande desafio identificado é a formação de professores e profissionais da educação. A ausência de professores fluentes em Libras e capacitados para atuar no ensino bilíngue compromete a qualidade da aprendizagem dos alunos surdos. Embora existam cursos como a Licenciatura em Letras-Libras, como já mencionado anteriormente, a oferta ainda é insuficiente, e muitos docentes que atuam na educação de surdos não possuem formação específica. Além disso, há uma escassez de intérpretes qualificados dentro das escolas, o que dificulta a comunicação entre professores ouvintes e alunos surdos (Quadros & Karnopp, 2004). Para que a educação bilíngue seja efetiva, é essencial que a formação docente inclua não apenas o ensino da Libras, mas também metodologias específicas para a alfabetização de surdos no português como segunda língua.

Outro obstáculo fundamental é a infraestrutura escolar inadequada e a falta de acessibilidade. Muitas escolas não contam com intérpretes de Libras, materiais adaptados ou recursos tecnológicos que facilitem a comunicação e a aprendizagem dos estudantes surdos. Além disso, a ausência de sinalização visual e de espaços apropriados para o ensino em Libras reforça a exclusão dos alunos surdos no ambiente escolar (Skliar, 1997). Sem um ambiente acessível, a aprendizagem desses estudantes se torna fragmentada e desmotivadora, o que pode resultar em evasão escolar e dificuldades no desenvolvimento acadêmico e social.

A escassez de materiais didáticos bilíngues também se apresenta como uma barreira significativa para a efetivação da educação bilíngue. Os materiais utilizados nas escolas são, em sua maioria, desenvolvidos para ouvintes, sem adaptações necessárias para alunos surdos. O ensino do português como segunda língua ainda é realizado com base em metodologias tradicionais que não consideram as especificidades linguísticas dos surdos. Como apontam Lodi e Lacerda (2019), o acesso a livros, vídeos e plataformas digitais que contemplem simultaneamente a Libras e o português escrito é essencial para que os alunos desenvolvam habilidades de leitura e escrita de forma eficaz.

Diante do exposto sugere-se para tentar minimizar os desafios mencionados, algumas estratégias fundamentais que poderão ser adotadas para garantir a efetividade do ensino bilíngue:

- a) Expansão dos cursos de Licenciatura em Letras-Libras e criação de programas de formação continuada para professores da educação bilíngue.
- b) Inclusão de professores surdos na educação básica, garantindo modelos linguísticos eficientes e valorização da identidade surda.
- c) Ampliação da oferta de intérpretes de Libras em sala de aula para garantir comunicação eficaz entre professores ouvintes e alunos surdos.
- d) Melhoria da Infraestrutura Escolar e Acessibilidade
- e) Implementação de tecnologias assistivas e recursos visuais para facilitar a aprendizagem dos alunos surdos, como legendagem em vídeos, sinalização visual e uso de softwares acessíveis.
- f) Criação e expansão de escolas bilíngues especializadas e garantia de acessibilidade física e comunicacional em todas as instituições de ensino.
- g) Produção de livros didáticos, vídeos e plataformas digitais que utilizem Libras e português escrito, adaptando os conteúdos curriculares às necessidades dos alunos surdos.
- h) Implementação de metodologias pedagógicas que considerem a Libras como L1 e o português escrito como L2, promovendo a alfabetização bilíngue de maneira eficaz.

Assim, a resposta à questão central desta pesquisa evidencia que o sucesso da educação bilíngue para surdos depende diretamente de investimentos em políticas públicas efetivas, formação qualificada de profissionais e adaptação do ambiente educacional às necessidades da comunidade surda. Somente por meio da articulação entre governo, instituições de ensino e a própria comunidade surda será possível garantir um ensino verdadeiramente acessível e inclusivo para essa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver um estudo sobre a educação bilíngue para surdos no Brasil é, antes de tudo, um chamado à reflexão sobre o significado de inclusão e justiça social em nosso sistema educacional. Esse modelo, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua dos surdos e o português escrito como segunda língua, transcende uma prática pedagógica e se consolida como um símbolo de respeito à identidade, à cultura e à singularidade de uma comunidade historicamente marginalizada.

Entretanto, como toda pesquisa acadêmica, este estudo enfrentou limitações que devem ser reconhecidas. A dificuldade de acesso a dados sistematizados sobre a implementação da educação bilíngue no Brasil limitou uma análise mais aprofundada sobre o impacto de políticas públicas específicas. Além disso, a escassez de estudos empíricos recentes sobre a eficácia das metodologias de ensino bilíngue para surdos dificultou a obtenção de um panorama mais completo sobre os avanços e desafios enfrentados no cotidiano escolar. Outra limitação importante foi a ausência de entrevistas com professores e alunos surdos, o que poderia trazer uma perspectiva mais subjetiva e vivencial ao estudo.

Apesar dessas limitações, a pesquisa apresenta contribuições relevantes para o campo da educação inclusiva. Ao abordar os desafios enfrentados pela educação bilíngue para surdos, este estudo fornece um panorama crítico que pode servir como base para futuras investigações acadêmicas. Pesquisadores interessados na área podem aprofundar a análise sobre a eficácia das práticas bilíngues em diferentes contextos

escolares, bem como explorar estratégias inovadoras para a formação de professores e a produção de materiais didáticos bilíngues. Além disso, espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate sobre a importância da participação ativa da comunidade surda na formulação de políticas educacionais, garantindo que sua voz seja protagonista na construção de um modelo educacional mais inclusivo.

A educação bilíngue não se resume apenas ao ensino de duas línguas, mas à criação de espaços onde as diferenças sejam respeitadas, onde as vozes surdas sejam ouvidas e suas histórias, vivências e lutas sejam valorizadas. Trata-se de promover um ambiente em que a Libras seja mais do que um instrumento de comunicação, seja a base para que os estudantes surdos se sintam pertencentes, reconhecidos e capazes de contribuir com a sociedade. Esse processo, no entanto, requer um comprometimento coletivo: políticas públicas precisam ser traduzidas em ações concretas, professores devem ser formados com excelência, e recursos pedagógicos devem ser elaborados com criatividade e sensibilidade. Além disso, a comunidade surda deve estar no centro dessa transformação, como protagonista de suas narrativas e parceira indispensável na construção de práticas verdadeiramente inclusivas.

Portanto, ao encerrarmos este artigo, reafirmamos que a educação bilíngue para surdos não é apenas um direito constitucional, mas um caminho essencial para a construção de uma sociedade mais diversa, justa e equitativa. A inclusão não deve ser vista como um favor, mas como um dever; não se trata de encaixar os surdos em um sistema preexistente, mas de transformar esse sistema para que todos tenham espaço de igualdade e respeito. Que possamos seguir construindo uma educação onde a diferença não seja um obstáculo, mas uma riqueza. Afinal, é na diversidade que a humanidade encontra sua maior força e beleza.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

CAMPOS, F. C.; COSTA, M. G.; COSTA, W. D. A importância dos materiais adaptados no ensino do aluno surdo e deficiente intelectual. **Revista Arqueiro**, v. 42, p. 54-65, 2022. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-arqueiro/article/view/1812/1744>. Acesso em: [data de acesso].

CICILINO, J. E. M.; GIROTO, C. R. M.; VITTA, F. C. F. Formação de professores para a educação bilíngue de surdos na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, v. 22, esp. 2, p. 794-809, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11913>. Acesso em: [data de acesso].

FERNANDES, E. C. A inclusão de surdos na educação bilíngue e as políticas públicas brasileiras: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 1, p. 115-128, 2019.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 2, p. 421-442, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/R8nwGtrSrb3LdF9BvbxNZLt/>. Acesso em: [data de acesso].

GALASSO, B. J. B.; LOPEZ, M. R. S.; SEVERINO, R. M.; LIMA, R. G.; TEIXEIRA, D. E. Processo de produção de materiais didáticos bilíngues do Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 3, p. 371-386, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/R8nwGtrSrb3LdF9BvbxNZLt/>. Acesso em: [data de acesso].

GARCÍA, O.; WEI, L. **Translanguaging: Language, Bilingualism and Education**. Palgrave Macmillan, 2014.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** Parábola Editorial, 2009.

GROSJEAN, F. **Life with Two Languages: An Introduction to Bilingualism**. Harvard University Press, 1982.

HAMERS, J. F.; BLANC, M. H. A. **Bilinguality and Bilingualism**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

KARNOPP, L.; QUADROS, R. M. **Educação de surdos: aspectos linguísticos e educacionais**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LADD, P. **Understanding Deaf Culture: In Search of Deafhood**. Clevedon: Multilingual Matters, 2003.

LACERDA, C. B. F. **Inclusão escolar de surdos: políticas públicas e práticas pedagógicas**. Editora Mediação, 2019.

LACERDA, C. B. F.; ALBRES, N. A.; DRAGO, S. L. S. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 65-80, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29825618005>. Acesso em: [data de acesso].

LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. Escola inclusiva para surdos: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 3, p. 371-386, 2019.

MOURA, M. C. C. **Tecnologias educacionais e o ensino bilíngue para surdos: potencialidades e desafios**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2010.

PEREIRA, M. C. A educação bilíngue para surdos no Brasil: avanços e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 128-142, 2010.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M. **Educação bilíngue para surdos: aspectos pedagógicos e culturais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROMAINE, S. **Bilingualism**. Blackwell, 1989.

SKLIAR, C. **A educação dos surdos: uma perspectiva cultural**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SKLIAR, C. Educação bilíngue para surdos no Brasil: política educacional, formação de professores e avaliação. In: SKLIAR, C. (org.). **Educação & exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 21-50.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

THOMAS, W. P.; COLLIER, V. P. **A National Study of School Effectiveness for Language Minority Students' Long-Term Academic Achievement**. Center for Research on Education, Diversity & Excellence, 1997.